

**UNIVERSIDADE DO EXTREMO SUL CATARINENSE – UNESC
MBA EM GESTÃO ESTRATÉGICA DE FINANÇAS E CONTROLADORIA**

KELLEN R T CARRADORE

**EVIDENCIAÇÃO CONTÁBIL DE ATIVOS INTANGÍVEIS:
um estudo em duas empresas catarinenses pertencentes ao setor
cerâmico de revestimentos**

**CRICIÚMA
2012**

KELLEN R T CARRADORE

**EVIDENCIAÇÃO CONTÁBIL DE ATIVOS INTANGÍVEIS:
um estudo em duas empresas catarinenses pertencentes ao setor
cerâmico de revestimentos**

Monografia apresentada ao Setor de Pós-graduação da Universidade do Extremo Sul Catarinense- UNESC, para a obtenção do título de especialista em Gestão Estratégica de Finanças e Controladoria

Orientador: Prof. Me. Cleyton de Oliveira Ritta

**CRICIÚMA
2012**

Aos que contribuíram com a concretização desta importante etapa, em especial aos meus pais, meus verdadeiros exemplos de vida.

AGRADECIMENTOS

Agradeço a Deus, por me permitir ser aquilo que escolhi, por atingir mais um dos meus objetivos, e por tudo de maravilhoso que tem acontecido em minha vida.

Agradeço aos meus pais, Ione e Vilcio, que me apoiam em minhas decisões e me direcionam, iluminam meus caminhos, por todo afeto, dedicação, educação. À Franciellen, minha irmã, pela sinceridade e todos os momentos compartilhados. Ao meu namorado Deivid, por estar ao meu lado neste momento da minha vida. Obrigada pelas palavras de apoio, carinho e dedicação.

Enfim, à minha família, minha fortaleza, agradeço pelo amor, e apoio de sempre.

Meus sinceros agradecimentos aos professores pelos ensinamentos transmitidos, em especial ao meu orientador Cleyton de Oliveira Ritta por dedicar novamente um espaço do seu tempo e da sua sabedoria para a elaboração deste trabalho.

Aos amigos (as) que conheci durante o MBA agradeço por serem mais que colegas de finais de semana, a todos os conhecimentos compartilhados, pelas risadas e os preciosos momentos juntos.

A todos que contribuíram direta ou indiretamente para a conclusão deste sonho, meus sinceros e eternos agradecimentos!

“...Porque qualquer um, independente das habilitações que tenha, ao menos uma vez na sua vida fez ou disse coisas muito acima da sua natureza e condição, e se à essas pessoas pudéssemos retirar do quotidiano pardo em que vão perdendo os contornos, ou elas a si próprias por violência se retirassem de malhas e prisões, quantas mais maravilhas seriam capazes de obrar, que pedaços de conhecimento profundo poderiam comunicar, porque cada um de nós sabe infinitamente mais do que julga e cada um dos outros mais do que neles aceitamos reconhecer...”

José Saramago

CARRADORE. Kellen Rabelo Teixeira. **EVIDENCIAÇÃO CONTÁBIL DOS ATIVOS INTANGÍVEIS: um estudo em duas empresas catarinenses pertencentes ao setor cerâmico de revestimentos**. 2012. 45p. Prof. Orientador: Cleyton de Oliveira Ritta. Trabalho de Conclusão MBA Gestão Estratégica de Finanças e Controladoria. Universidade do Extremo Sul Catarinense – UNESC. Criciúma – SC

RESUMO

Frente às novas práticas contábeis referentes aos ativos intangíveis, este estudo tem como finalidade verificar as evidenciações sobre os ativos intangíveis nas demonstrações contábeis de duas empresas catarinenses pertencentes ao setor cerâmico no período de 2007 a 2011. A pesquisa caracteriza-se como descritiva com abordagem qualitativa e quantitativa por meio de análise documental das demonstrações contábeis das companhias investigadas. Os resultados demonstraram um quadro evolutivo da evidenciação dos intangíveis, uma vez que, inicialmente em 2007, não eram divulgados e com o passar do tempo verificou-se que além da divulgação, teve uma melhora na qualidade das explicações encontradas nas notas explicativas. Os ativos intangíveis mais divulgados pelas companhias foram: direito contratual, *softwares*, marcas e patentes. Os ativos intangíveis representaram um pequeno percentual em relação ao ativo total das duas companhias analisadas. As práticas contábeis de evidenciação mostraram que os demonstrativos contábeis estão se adequando as alterações da legislação com uma crescente melhora na qualidade das informações apresentadas. Conclui-se que os ativos intangíveis nas empresas investigadas estão vinculados a atividade fim, agregando valor às companhias. Observa-se, também, que os ativos intangíveis são recursos estratégicos para as companhias e fonte de vantagens competitivas, pois proporcionam benefícios econômicos futuros. Portanto, a evidenciação contábil é de suma importância, pois viabiliza a compreensão e análise do desempenho econômico-financeiro das entidades, bem como auxilia a tomada de decisões.

Palavras-chave: Demonstrações Contábeis. Evidenciação Contábil. Ativos intangíveis.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Gráfico 1: Produção brasileira de Revestimentos Cerâmicos (milhões de m ²).....	31
Gráfico 2: Venda de Revestimentos Cerâmicos no Mercado Interno (milhões de m ²).....	31
Gráfico 3: Participação do Subgrupo Intangível em Relação ao Ativo Patrimonial Total da Cecrisa.....	37
Gráfico 4: Participação dos Subgrupo Intangível em Relação ao Ativo Patrimonial Total da Portobello.....	38
Quadro 1: Contribuições das Escolas para a Ciência Contábil.....	14
Quadro 2: Os Princípios da Organização do Conhecimento.....	16
Quadro 3: Características das Demonstrações Contábeis.....	18
Quadro 4: Informações requisitadas pelos usuários das evidenciações contábeis	19
Quadro 5: Tipos de Ativos Intangíveis.....	22
Quadro 6: Evolução regulamentária nos intangíveis reconhecidos pela contabilidade no Brasil.....	25
Quadro 7: Tratamento Contábil de Ativos Intangíveis.....	27
Quadro 8: Normas para Evidenciação Contábil de Ativos Intangíveis.....	28
Quadro 9: Empresas Catarinenses do Setor Cerâmico de Revestimentos.....	32
Quadro 10: Evidenciação do Subgrupo Intangível.....	34
Quadro 11: Tipos de intangíveis evidenciados no subgrupo intangível.....	35
Quadro 12: Itens de divulgação dos ativos intangíveis.....	39

LISTA DE TABELAS

Tabela 1: Representatividade dos tipos de ativos intangíveis na Cecrisa	36
Tabela 2: Representatividade dos ativos intangíveis na Portobello.....	36

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ABRASCA = Associação Brasileira das Companhias Abertas

ANFACER = Associação Nacional dos Fabricantes de Cerâmica para Revestimento

APIMEC = Associação dos Analistas e Profissionais de Investimento no Mercado de Capitais

BM&FBOVESPA = Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros

CFC = Conselho Federal de Contabilidade

CPC = Comitê de Pronunciamentos Contábeis

FIESC = Sistema Federação das Indústrias de Santa Catarina

FIPECAFI = Fundação Instituto de Pesquisas Contábeis, Atuárias e Financeiras

IBRACON = Instituto dos Auditores Independentes do Brasil

P&D = Pesquisa e Desenvolvimento

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	11
1.1 TEMA E PROBLEMA	11
1.2 OBJETIVOS DA PESQUISA	12
1.2.1 Objetivo Geral	12
1.2.2 Objetivos Específicos	12
1.3 JUSTIFICATIVA	13
2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA	14
2.1 CONTABILIDADE E A EVOLUÇÃO DA SOCIEDADE	14
2.2 EVIDENCIAÇÃO CONTÁBIL.....	17
2.3 ATIVOS INTANGÍVEIS.....	19
2.3.1 Conceito	19
2.3.2 Características Estratégicas	21
2.3.3 Tipos de Ativos Intangíveis	22
2.3.4 Normas contábeis para os ativos intangíveis	23
2.3.4.1 Normas Internacionais	23
2.3.4.2 Normas Nacionais	24
3 METODOLOGIA DA PESQUISA	29
3.1 ENQUADRAMENTO METODOLÓGICO.....	29
3.2 PROCEDIMENTOS DE COLETA DE DADOS	30
3.2.1 Setor Cerâmico	30
3.2.2 Características das Empresas Investigadas	32
4 APRESENTAÇÃO E ANÁLISE DOS RESULTADOS	34
4.1 TIPOS E REPRESENTATIVIDADE DOS ATIVOS INTANGÍVEIS EVIDENCIADOS.....	34
4.2 PARTICIPAÇÃO DOS ATIVOS INTANGÍVEIS EM RELAÇÃO AO ATIVO PATRIMONIAL TOTAL.....	37
4.3 Práticas Contábeis Referentes aos Ativos Intangíveis Divulgados	38
5 CONSIDERAÇÕES FINAIS	41
REFERÊNCIAS	42

1 INTRODUÇÃO

Neste capítulo apresentam-se o tema e problema deste trabalho. Em seguida evidenciam-se o objetivo geral e os específicos da pesquisa. Posteriormente, tem-se a justificativa do estudo.

1.1 TEMA E PROBLEMA

Os últimos anos foram marcados por diversas mudanças que alteraram a economia mundial. A globalização e a Era do Conhecimento são alguns dos fatos que modificaram significativamente o mundo dos negócios. Tais fatos auxiliaram a integração dos dados de forma dinâmica e facilitaram a troca de informações em tempo real. Desta forma, para as empresas se manterem competitivas é preciso inovar de forma criativa e acompanhar as tendências de mercado, caso contrário serão vencidas por seus concorrentes.

Neste contexto, as organizações são obrigadas a encontrar novas alternativas de gestão para continuarem atuantes e capazes de compreender as necessidades de mercado. Sendo assim, a contabilidade ganha destaque nas organizações, pois fornece aos seus usuários informações necessárias para tomada de decisão e controle do patrimônio.

A contabilidade, seguindo as mudanças do ambiente econômico, se desenvolveu e está divulgando informações que tratam da gestão do conhecimento nas organizações que é responsável, em grande parte, pela geração de riqueza nos negócios. Dentre os elementos da gestão do conhecimento, destacam-se os ativos intangíveis que têm aumentado expressivamente sua importância para a criação de valor e aumento da geração de riqueza nas empresas.

Nas empresas do setor cerâmico, a gestão do conhecimento é muito importante, pois acontece por meio de treinamentos para utilização de maquinários mais tecnológicos, desenvolvimento de novos produtos e portfólio, planejamento dos meios de produção e canais de distribuição, oferta de cursos profissionalizantes, políticas de retenção de talentos, planos de crescimento organizacional entre outros. Em geral, as empresas cerâmicas investem em ativos intangíveis para agilizar os

processos, aprimorar a tecnologia utilizada e garantir aos seus clientes soluções novidades nos produtos oferecidos.

Diante deste contexto, tem-se o seguinte problema de pesquisa: *Quais são as informações evidenciadas sobre os Ativos Intangíveis por duas principais empresas catarinenses pertencentes ao setor cerâmico de revestimentos nos anos de 2007 a 2011?*

1.2 OBJETIVOS DA PESQUISA

Para responder a pergunta de pesquisa são estipulados os objetivos geral e específicos a seguir.

1.2.1 Objetivo Geral

O objetivo geral desta pesquisa é identificar as informações sobre os Ativos Intangíveis evidenciadas nas demonstrações contábeis Balanço Patrimonial, Demonstração do Resultado do Exercício e Notas Explicativas em duas principais empresas catarinenses pertencentes ao setor cerâmico de revestimentos nos anos de 2007 a 2011.

1.2.2 Objetivos Específicos

Para responder ao objetivo geral são determinados os seguintes objetivos específicos:

- 1) identificar os tipos e a representatividade dos Ativos Intangíveis evidenciados;
- 2) identificar a participação dos Ativos Intangíveis em relação ao ativo patrimonial total; e
- 3) verificar as práticas contábeis referentes aos Ativos Intangíveis.

1.3 JUSTIFICATIVA

Este estudo justifica-se pela relevância do tema no ambiente econômico atual, pois os ativos intangíveis estão cada vez mais relacionados ao sucesso das empresas por possibilitar um diferencial competitivo nos negócios. Por isso, é necessário que os gestores fiquem atentos a evolução e as formas de aproveitamento dos elementos intangíveis para garantir o sucesso empresarial.

Segundo Kayo et al. (2006, p. 76), os ativos intangíveis “são importantes fatores de diferenciação e, dessa forma, contribuem sobremaneira para a obtenção de importantes vantagens competitivas”.

As companhias no passado estavam preocupadas em administrar somente seus recursos tangíveis. Atualmente os recursos intangíveis compõem um diferencial na gestão dos negócios, pois possibilitam o desenvolvimento de novas oportunidades e maior geração de riquezas para as empresas. Portanto, a evidenciação contábil desses ativos se faz necessária para uma melhor compreensão das informações empresariais.

Como contribuição social, este estudo permite uma compreensão sobre o tema gestão do conhecimento e as características e relevância dos ativos intangíveis para as organizações. Destaca-se que este tema provoca discussões na sociedade, por se tratar de um assunto recente e pouco explorado se comparado a outras práticas contábeis. Tal situação reforça a importância da consolidação do entendimento e das práticas contábeis relacionadas aos ativos intangíveis.

Quanto à contribuição prática, este estudo apresenta um panorama da evidenciação de ativos intangíveis em duas principais empresas do setor cerâmico do estado de Santa Catarina. Observa-se que o setor cerâmico é extremamente importante para o estado, uma vez que é um dos principais setores que movimenta a economia catarinense e emprega centenas de pessoas em diversas cidades. O setor cerâmico de revestimentos, também é responsável por grande parte das exportações catarinense para vários países.

Além disso, este trabalho auxilia os profissionais da área de gestão a compreender a evolução das práticas contábeis de registro e evidenciação dos ativos intangíveis, expondo o marco inicial de obrigatoriedade de divulgação, a evolução jurídica e as práticas utilizadas.

2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

Neste capítulo descreve-se a fundamentação teórica sobre o tema. Inicialmente, aborda-se a relação entre a contabilidade e a evolução da sociedade. Em seguida, destaca-se o papel da evidenciação contábil. Por fim, caracterizam-se os ativos intangíveis.

2.1 CONTABILIDADE E A EVOLUÇÃO DA SOCIEDADE

O homem, desde os primórdios, sente a necessidade de registrar e controlar o que lhe pertence. A função de registro e controle do patrimônio é o objetivo da Contabilidade.

Iudícibus (2006, p. 48) esclarece que,

a contabilidade é tão remota quanto o homem que pensa, ou, melhor dizendo, que conta. A necessidade de acompanhar a evolução dos patrimônios foi o grande motivo para o seu desenvolvimento. O surgimento do capitalismo deu impulso definitivo a esta importante disciplina, potencializando seu uso e aumentando sua eficácia. Através dos tempos, verifica-se que normalmente o grau de avanço da contabilidade está diretamente associado ao grau de progresso econômico, social e institucional de cada sociedade.

A evolução da sociedade influencia diretamente na contabilidade, uma vez que esta é responsável pela gestão patrimônio. A contabilidade necessita estar sempre atualizada para possibilitar informações úteis e relevantes aos usuários das informações contábeis.

Com o desenvolvimento da sociedade, a contabilidade teve diversas escolas de pensamento contábil que contribuíram para o desenvolvimento da Ciência Contábil. O Quadro 1, ressalta as características de tais escolas.

Escola	Contribuição para a Ciência Contábil
Materialismo	Entendeu a riqueza como objeto essencial. Apresentou a necessidade de julgar e concluir os acontecimentos.
Personalismo	Primeiras contas abertas como devedoras e credoras. Não existia preocupação com as anotações dos bens patrimoniais.
Controlismo	Considerou como objeto da contabilidade o controle da riqueza aziendal.
Aziendalismo	O homem deve desenvolver atividades para a satisfação das necessidades.
Patrimonialismo	Instituiu o patrimônio como objeto da contabilidade.

Quadro 1: Contribuições das Escolas para a Ciência Contábil.

Fonte: Adaptado de Oliveira et al. (2008)

Percebe-se que o pensamento contábil foi sendo aprimorado conforme as transformações da sociedade. Todas as escolas contribuíram significativamente para o desenvolvimento contábil. Portanto, atualmente, papel da contabilidade é mensurar, registrar e evidenciar o patrimônio das organizações.

As transformações da sociedade são denominadas pelos historiadores como Fases ou Eras. A Era Agrícola, segundo Oliveira et al. (2008), tinha a economia como base a terra. O trabalho braçal e a força muscular garantiam o alimento que era produzido para o próprio sustento e de sua família. Para a contabilidade, foi um período marcante com a publicação do livro de Luca Paccioli contendo o Método das Partidas Dobradas, difundido na fase seguinte e aceito até a atualidade.

A Era Industrial, ou Intermediária, teve como principal acontecimento a Revolução industrial, introduzindo as máquinas e equipamentos que substituíram o trabalho humano, reduzindo o tempo de produção. Neste período, a contabilidade “firmou-se o método das partidas dobradas, o custo histórico como base de valor, a elaboração de relatórios contábeis.” (OLIVEIRA et al., 2008, p. 28).

A Era do Conhecimento ou da Informação surgiu a partir dos anos cinquenta influenciada, principalmente, pela globalização. Segundo Oliveira et al. (2008, p. 28), esta Era é “a base da economia globalizada, na qual os meios de comunicação e de transporte aproximam os consumidores dos meios de produção. Pelas facilidades apresentadas, os estoques tornam-se virtuais, a produção torna-se personalizada. O trabalhador é um generalista que agrega conhecimento ao processo produtivo.” Neste contexto, a contabilidade configura-se como um sistema de informações que auxiliam os usuários no processo de gestão das organizações.

Todas essas mudanças são provocadas com o conhecimento adquirido de períodos anteriores. As formas de controles e gestão do patrimônio foram alteradas de acordo com as necessidades da sociedade. Crawford (1994) observa que na Era da Revolução Industrial, as máquinas substituíram a força física, Já na Era seguinte, na economia do conhecimento, as máquinas são aliadas a capacidade mental do ser humano.

Crawford (1994, p. 20), ainda observa que,

a economia do conhecimento difere de suas predecessoras nos serviços, que são mais do que a produção de mercadorias, a forma dominante de emprego. É uma economia de processamento de informações no qual computadores e telecomunicações são os elementos fundamentais e estratégicos, pois produzem e difundem os principais recursos de informação e conhecimento.

As organizações procuram não mais apenas trabalhadores braçais que executam as atividades de forma contínua e repetitiva, mas sim colaboradores que agreguem conhecimento a instituição, talentos que contribuam para o desenvolvimento organizacional e que promovam melhorias dos produtos e serviços oferecidos. Neste sentido Lastres e Albagli (1999, p.123) enfatizam que

reconhece-se portanto, no contexto atual de intensa competição, que o conhecimento é a base fundamental e o aprendizado interativo é a melhor forma para indivíduos, empresas, regiões e países estarem aptos a enfrentar as mudanças em curso, intensificarem a geração de inovações e se capacitarem para uma inserção mais positiva nesta fase.

As transformações ocorridas na história da economia mundial compõem o cenário atual constituído de empresas que desejam novos produtos e novas áreas de atuação. Logo, o aprendizado contínuo e a busca por diferenciais mercadológicos tornou-se um forte aliado daqueles que desejam se manter no mercado de forma competitiva e rentável.

O Quadro 2 exibe a comparação entre os principais fatores de uma organização na Era Industrial e do Conhecimento em relação aos itens primordiais existentes em todas as organizações.

Itens	Perspectiva Industrial	Perspectiva do Conhecimento
Pessoas	Geradores de custos ou recursos	Geradores de receitas
Base de poder dos gerentes	Nível relativo na hierarquia organizacional	Nível relativo de conhecimento
Luta de poder	Trabalhadores físicos <i>versus</i> capitalistas	Trabalhadores do conhecimento <i>versus</i> gerentes
Principal tarefa da gerência	Supervisão de subordinados	Apoio aos colegas
Informação	Instrumento de controle	Ferramenta para o recurso da comunicação
Produção	Trabalhadores físicos processando recursos físicos para criar produtos tangíveis	Trabalhadores do conhecimento convertendo conhecimento em estruturas intangíveis
Fluxo de informações	Via hierarquia organizacional	Via rede colegiadas
Forma básica de receita	Tangível (dinheiro)	Intangível (Aprendizado, novas ideias, novos clientes, P&D)
Estrangulamentos na produção	Capital Financeiro e habilidades humanas	Tempo e conhecimento
Manifestação da produção	Produtos tangíveis (hardware)	Estruturas intangíveis (conceitos e softwares)
Fluxo de produção	Regido pela máquina, sequencial	Regido pelas ideias, caótico
Efeito do porte	Economia de escala no processo de produção	Economia de escopo das redes
Relacionamento com o cliente	Unilateral pelos mercados	Interativo pelas redes pessoais
Conhecimento	Uma ferramenta ou um recurso entre outros	O foco empresarial

Continua...

Finalidade do Aprendizado	Aplicação de novas ferramentas	Criação de novos ativos
Valores do mercado acionário	Regidos pelos ativos tangíveis	Regidos pelos ativos intangíveis
Economia	De redução de lucros	De aumento e redução de lucros

Quadro 2: Os Princípios da Organização do Conhecimento

Fonte: Oliveira et al. (2008, p.62).

Percebe-se que a sociedade do conhecimento contribui com valores educacionais e, também, mostra a preocupação das pessoas em dar continuidade aos estudos com o intuito de auxiliar as organizações no andamento dos negócios.

Por isso, a contabilidade busca novas formas de contabilizar os recursos considerados relevantes para o desenvolvimento do conhecimento que valorizam as empresas e atenda as necessidades de seus usuários. Uma das formas de atender essa demanda é por meio da evidenciação contábil que tem a função de divulgar informações contábeis e gerenciais sobre o desempenho organizacional das entidades.

2.2 EVIDENCIAÇÃO CONTÁBIL

A contabilidade tem como objetivo controlar o patrimônio das organizações e fornecer informações confiáveis e relevantes para a tomada de decisão nos processos gerenciais. A evidenciação contábil das informações ocorre para os usuários internos e externos por meio das demonstrações contábeis e relatórios da administração.

Segundo Ludícibus, Martins, Gelbcke (2007), o conjunto de informações que deve ser divulgado por uma companhia representa sua “prestação de contas” para a sociedade e abrange: a) Relatório da Administração; b) Demonstrações Contábeis e as Notas Explicativas; c) Parecer dos Auditores Independentes, se houver; d) Parecer do Conselho Fiscal, se existir, incluindo os votos dissidentes; e e) Resumo Relatório do Comitê de Auditoria, quando existente, e se constituído por pessoas independentes à sociedade.

Para Aquino e Santana (1992, p. 1) evidenciar é

tornar evidente, mostrar com clareza e que evidente é aquilo que não oferece dúvida, que se compreende prontamente... Talvez pudéssemos unir essas conceituações e dizer que evidenciação significa divulgação com clareza, divulgação em que se compreende de imediato o que está sendo comunicado.

As demonstrações contábeis configuram-se como os principais relatórios de informações contábeis composta por: Balanço Patrimonial (BP), Demonstração do Resultado do Exercício (DRE), Demonstração dos Fluxos de Caixa (DFC), Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido (DMPL) e Notas Explicativas.

Segundo Iudícibus (2000, p. 117),

a interpretação dos demonstrativos contábeis é tarefa única e exclusivamente reservada aos *experts* em Contabilidade e Finanças, que deveriam ser os intermediários entre as empresas e os donos de recursos, assessorando estes últimos nas análises.

O Quadro 3 descreve as características das demonstrações contábeis.

Demonstrações Contábeis	Características
Balanço Patrimonial	tem por finalidade apresentar a posição financeira e patrimonial da empresa em determinada data, representando, portanto, uma posição estática. É composto pelos elementos básicos: a) ativo – são recursos controlados por uma entidade e dos quais se esperam benefícios econômicos futuros; b) passivo – são as exigibilidades e obrigações pertencentes a terceiros; e c) patrimônio líquido – é o capital dos proprietários e os lucros ou prejuízos acumulados, ou seja, o valor líquido da empresa.
Demonstração do Resultado do Exercício	é a apresentação dos resultados de forma dedutiva, com as receitas, despesas, custos, ganhos e perdas, definindo, por fim, o lucro ou prejuízo do exercício, que é valor final a ser adicionado ao patrimônio líquido da empresa que, em uma última análise, pertence aos acionistas.
Demonstração dos Fluxos de Caixa	evidencia como ocorreram as movimentações de disponibilidades em um determinado período. É utilizado para avaliação da capacidade organizacional de gerar caixa. É dividido em três grupos de atividades: operacionais, de investimentos e de financiamento.
Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido	indica a mutação do patrimônio líquido tais como: a) novas integralizações de capital, b) resultado do exercício, c) ajustes de exercícios anteriores, d) dividendos distribuídos, e) ajuste de avaliação patrimonial, f) incorporações de reservas ao capital, g) transferências de lucros acumulados para reservas, entre outras.
Notas Explicativas	possuem informações esclarecedoras sobre o desempenho organizacional. Devem ser publicadas conjuntamente com os demonstrativos contábeis no final do exercício social. Elas contêm informações que não estão disponíveis nas demais demonstrações contábeis e que são relevantes para a compreensão e julgamento das atividades realizadas pelas empresas.

Quadro 3: Características das Demonstrações Contábeis

Fonte: Iudícibus et al. (2010)

As informações contidas nas demonstrações contábeis podem ser complementadas pelo Relatório da Administração, com dados não financeiros, como forma de contribuir para a compreensão do desempenho das empresas. Neste relatório são apresentadas mais informações gerenciais que dão subsídios para uma visão mais

ampla dos negócios.

O objetivo da evidenciação contábil é informar os usuários da contabilidade, o desempenho da entidade em determinado período. Cabe a cada usuário utilizar tais informações de acordo com os seus objetivos.

O Quadro 4 apresenta uma síntese dos principais objetivos dos usuários da informação contábil.

Usuário da Informação Contábil	Tipo de informação mais importante
Acionista minoritário	Fluxo regular de dividendos
Acionista majoritário ou com grande participação	Fluxo de dividendos, valor de mercado da ação, lucro por ação.
Acionista preferencial	Fluxo de dividendos, mínimos ou fixos.
Emprestadores em geral	Geração de fluxos de caixa futuro suficientes para receber de volta o capital mais os juros, com segurança.
Entidades governamentais	Valor adicionado, produtividade, lucro tributável.
Empregados em geral, como assalariados	Fluxo de caixa futuro capaz de assegurar bons aumentos ou manutenção de salários com segurança; liquidez.
Média e alta administração	Retorno sobre ativo, retorno sobre o patrimônio líquido; situação de liquidez e endividamentos confortáveis.

Quadro 4: Informações requisitadas pelos usuários das evidenciações contábeis

Fonte: Iudícibus (2006, p.23)

Desse modo, constata-se diferentes tipos de informações possíveis de se extraírem das demonstrações contábeis evidenciadas pelas entidades. Cada demonstração atende a necessidades específicas dos usuários de acordo com os objetivos estipulados.

2.3 ATIVOS INTANGÍVEIS

Nesta seção discorre-se sobre conceito, características e normas de contabilização dos ativos intangíveis.

2.3.1 Conceito

O ativo é um bem ou direito tangível ou intangível que proporciona retorno futuro para a organização. Segundo D'Auria (apud IUDÍCIBUS 2006, p. 137), o ativo é caracterizado pelo “conjunto de meios ou a matéria posta à disposição do

administrador para que esse possa operar de modo a conseguir os fins que a entidade entregue à sua direção.”

O Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC, em seu Pronunciamento n. 4 (2008, p. 05) descreve que “ativo é um recurso: (a) controlado por uma entidade como resultado de eventos passados; e (b) do qual se espera que resultem benefícios econômicos futuros para a entidade.”

Segundo Hendriksen (1992, p. 455), as características dos ativos são:

- ✓ deve existir algum direito específico ao benefício futuro ou potenciais serviços;
- ✓ os direitos devem favorecer exclusivamente uma empresa específica;
- ✓ deve haver uma evidência de que a receita dos benefícios futuros seja provável;
- ✓ o benefício econômico deve ser o resultado de transação ou eventos passados.

Portanto, os ativos são bens e direitos corpóreos ou incorpóreos de uma entidade que produzem resultados econômicos, geram maior liquidez e permitem a continuidade das transações.

Na Era Industrial, a preocupação das empresas era mensurar os ativos tangíveis. Agora, na Era do Conhecimento tem-se a preocupação com a gestão dos ativos intangíveis.

Para Antunes (2000, p.74),

os ativos intangíveis só vêm sendo avaliados precisamente quando a empresa é vendida. Entretanto, os gestores necessitam ter conhecimento (identificação e mensuração) desses ativos que a empresa possui, para administrar sua continuidade e, assim, divulgar informações mais próximas da realidade para os interessados.

O termo tangível é oriundo do latim *tangere*, que significa tocar, portanto, o termo intangível representa a característica de imaterialidade dos ativos. Segundo Schmidt, Santos e Fernandes (2006), os bens intangíveis são aqueles que não podem ser tocados, porque não possuem corpo físico ou matéria e seu valor pode variar de acordo com os benefícios futuros esperados.

Os Ativos Intangíveis são dotados das mesmas características dos demais ativos tangíveis. Para registrá-los, devem ser mensuráveis, relevantes e precisos. Hendriksen e Van Breda (1999) destacam outras características diferenciadoras dos intangíveis: a) não são separáveis do valor da empresa; b) apresentam um alto grau de incerteza em relação ao valor dos benefícios futuros; e c) possuem a impossibilidade de determinação de valor pela condição física.

A mensuração e evidenciação dos ativos intangíveis são uns dos temas mais discutidos na contabilidade devida à sua importância para as organizações e o alto grau de subjetividade. Logo, reconhecê-los contabilmente contribui para a continuidade e desempenho organizacional.

2.3.2 Características Estratégicas

A origem dos ativos intangíveis está relacionada ao conjunto de conhecimentos, procedimentos organizacionais e inovação adquirida. Nos últimos anos verifica-se que as empresas estão mudando a estrutura organizacional em relação à importância e participação dos ativos intangíveis na geração de valor. Segundo Perez e Famá (2006, p. 84), “diferentemente dos ativos tangíveis, os ativos intangíveis possuem como uma de suas características estratégicas, a singularidade, o que os torna ativos únicos, difíceis de adquirir, de desenvolver e até mesmo de copiar; além disso, alguns podem ser até protegidos legalmente.”

Schnorrenberger (2004) corrobora citando à inexistência de exaustão desses bens como mais uma característica estratégica, pois com o passar do tempo os intangíveis agregam valor.

Perez e Famá (2006, p. 88), citam, também, a capacidade de escala como mais uma característica estratégica relevante dos intangíveis e observam:

caso a empresa seja uma indústria, por exemplo, e já esteja operando a pleno-emprego, ela certamente terá que adquirir novas máquinas e equipamentos e, eventualmente, ampliar suas fábricas (ativos físicos e custos fixos). Contudo seus ativos intangíveis, como suas marcas ou suas patentes, por exemplo, podem ser explorados indefinidamente e não requerem investimentos adicionais, ou seja, quanto maior o número de suas aplicações, melhor. Trata-se do fenômeno que os economistas chamam de retornos crescentes de escala, onde, quanto maior for o número de lugares onde o ativo intangível seja aplicado, maior será o seu retorno.

Sendo assim, Schmidt *et al.* (2005, p. 1) explicam que, tendo em vista a crescente importância dada aos ativos intangíveis na composição do patrimônio das entidades, e a conseqüente necessidade de informar adequadamente os usuários da informação contábil, é extremamente necessário que as empresas os evidenciem nas demonstrações financeiras.

Os ativos intangíveis contribuem de forma significativa para o crescimento das entidades. São bens imateriais, mas que não podem ser separados do valor da empresa, pois consistem em elementos específicos de cada empresa, podendo favorecê-las futuramente. Logo, cabe as organizações administrá-los adequadamente para que resultem em melhores benefícios futuros.

2.3.3 Tipos de Ativos Intangíveis

Com base nas características estratégicas dos ativos intangíveis, muitos deles apresentam critérios contratuais ou legais de proteção e de separabilidade como comprovação de posse ou direito de uso. Esses ativos intangíveis passíveis de identificação devem ser reconhecidos individualmente, pois há a possibilidade de serem comprados, vendidos, trocados ou alugados, como por exemplo: marcas, patentes, *softwares*; caso contrário, serão reconhecidos no momento de venda da organização como, por exemplo: capital intelectual e *goodwill*.

Têm-se como principais tipos de ativos intangíveis: marcas, patentes, direitos contratuais, pesquisa e desenvolvimento, software, fundo de comércio, *goodwill*, e capital intelectual. Tais ativos são apresentados no Quadro 5.

Tipos de Ativos Intangíveis	Descrição
Marca	é “um nome diferenciado e/ou símbolo (tal como logotipo, marca registrada ou desenho de embalagem) destinado a identificar os bens ou serviços de um vendedor ou de um grupo de vendedores e a diferenciar esses bens e serviços daqueles concorrentes”. (AAKER, 1998, p. 7).
Patente	É um direito que “proporciona à empresa detentora um monopólio temporário na exploração do respectivo produto durante o período de concessão”. (KAYO, TEH E BASSO, 2006, p. 162).
Direito Contratual	Estipulado em contrato pelas partes envolvidas que dá autorização para exploração de bens, recursos naturais e serviços, franquias. Respeita os princípios da autonomia da vontade, consensualismo, obrigatoriedade da convenção, relatividade dos efeitos do contrato. (DINIZ, 2008)
Pesquisa e desenvolvimento	são gastos realizados para gerar novos produtos, aperfeiçoar produtos antigos ou reduzir custos operacionais com o objetivo de benefícios futuros. (SCHIMIDT; SANTOS, 2002, p.28).
Software	São “instruções pré-programadas que coordenam o trabalho dos componentes do <i>hardware</i> para que executem os processos exigidos por cada sistema de informação”. (LAUDON; LAUDON, p. 6).

Continua...

Fundo de Comércio	é a soma de fatores intangíveis, tais como: “nome e tradição da empresa no mercado, imagem e qualidade de seus produtos, clientela já formada, qualidade e treinamento de seus funcionários, processos técnicos de fabricação, etc.” (IUDÍCIBUS; MARTINS; GELBCKE, 2007, p. 172).
<i>Goodwill</i> (Ágio por Expectativa de Rentabilidade Futura)	é considerado uma conta residual ou algo a mais pago no momento de venda da empresa que representa vantagens que não são especificamente identificáveis e mensuráveis. (HENDRIKSEN; VAN BREDA, 1999).
Capital Intelectual	é o “conhecimento, informação, propriedade intelectual, experiência que pode ser utilizada para gerar riqueza”. (STEWART, 1998, p.13).

Quadro 5: Tipos de Ativos Intangíveis

Os ativos intangíveis *Goodwill* e Capital Intelectual não são reconhecidos legalmente pela contabilidade financeira ao longo do exercício social, uma vez que são de difícil mensuração e controle. Os demais ativos são reconhecidos contabilmente no exercício social por atenderem critérios contratuais ou legais de proteção e de separabilidade como comprovação de posse ou direito de uso.

2.3.4 Normas contábeis para os ativos intangíveis

Nesta seção descreve-se sobre as normas internacionais e nacionais sobre os ativos intangíveis.

2.3.4.1 Normas Internacionais

Internacionalmente as Normas Contábeis são emitidas pelo *International Accounting Standards Board (IASB)*. Este órgão tem como objetivo a harmonizar e normatizar os padrões da Contabilidade nos principais países do mundo, entre eles: Estados Unidos, Canadá, Alemanha, Japão, Inglaterra e França.

O IASB define intangíveis como ativo monetário identificável sem corpo físico, controlado pela entidade como resultado de eventos passados e que espera-se benefícios econômicos futuros.

As principais normas emitidas pelo IASB referente aos intangíveis são: *IAS22 – Accounting for Business Combination*, em 1983; *IAS 36 – Impairment of*

Assets, em 1998, e *IAS 38 – Intangible Assets*, em 1998.

Sendo que, o IAS 22 normatiza a aquisição de investimentos, delimitando que deve ser registrado como *Goodwill* o valor referente à diferença entre o custo de aquisição e o valor justo identificável dos ativos e passivos adquiridos. Já o IAS 36 trata do *Impairment Test*, comparação entre o valor contábil e o valor justo. Discorre que quando o valor contábil exceder o valor justo deve ser reconhecido como despesa. O IAS 38 proíbe que o *Goodwill* de origem interna na entidade seja reconhecido como ativo e ressalta as informações a divulgar sobre os ativos intangíveis.

2.3.4.2 Normas Nacionais

No Brasil, primeiramente os intangíveis eram alocados nas contas do ativo permanente, tais como investimento, imobilizado e diferido conforme a Lei n. 6.404/76. A Deliberação n.488, emitida pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM), tinha por objetivo a aprovação da NPC n.27/2005 do Instituto dos Auditores Independentes do Brasil (IBRACON) criou o subgrupo intangível como no ativo permanente e alterou a divulgação e forma de apresentação das demonstrações contábeis para as companhias de capital aberto.

O subgrupo intangível fica reconhecido pela CVM, porém, com a Deliberação n. 496, emitida em 03 de janeiro de 2006, prorroga-se para 2006 a obrigatoriedade alteração no grupo do ativo permanente.

Com a publicação da Lei n. 11.638/07 inicia-se a convergência das normas brasileiras de contabilidade com as normas internacionais. Esta Lei ratificou os pronunciamentos do IBRACON e da CVM e abrangendo os demais tipos de sociedade, além das companhias de capital aberto.

De acordo com a Lei n. 11.638/07 classificam-se no intangível os bens incorpóreos com o objetivo de manutenção da companhia e devem ser registrados pelo custo de aquisição. Determina também que o *Goodwill* (Ágio por Expectativa de Rentabilidade Futura) não seja mais registrado nos investimentos ou diferido como orientava as Instruções Normativas anteriores e sim no subgrupo intangível.

Em 2005 foi criado o CPC – Comitê de Pronunciamentos Contábeis conforme a Resolução n. 1.055 do Conselho Federal de Contabilidade. Este órgão é

composto pelas instituições ABRASCA, APIMEC, BM&FBovespa CFC, FIPECAFI e IBRACON, que tem como objetivo "o estudo, o preparo e a emissão de Pronunciamentos Técnicos sobre procedimentos de Contabilidade e a divulgação de informações dessa natureza, para permitir a emissão de normas pela entidade reguladora brasileira, visando à centralização e uniformização do seu processo de produção, levando sempre em conta a convergência da Contabilidade Brasileira aos padrões internacionais".

Dentre os pronunciamentos técnicos emitidos, destacam-se o Pronunciamento CPC01 – Redução ao valor Recuperável dos Ativos em 2007 e o Pronunciamento Técnico CPC 04 – Ativos Intangíveis em 2008. Os pronunciamentos foram elaborados correlacionados com Normas Internacionais de Contabilidade *IAS36 – Impairment of Assets* e *IAS 38 – Intangible Assets* emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB) e foram aprovados pela CVM por meio das Deliberações n.527 de 1º de novembro de 2007 e n. 553 de 12 de novembro de 2008 e pelo Conselho Federal de Contabilidade por meio das Resoluções n. 1110, de 29 de novembro de 2007 e n. 1139 de 21 de novembro de 2008.

Posteriormente com a Medida Provisória n. 449/08 seguida da aprovação da Lei n. 11.941, em 27 de maio de 2009, extinguiu-se o subgrupo diferido, assim os saldos de bens incorpóreos devem ser realocados no intangível ou aguardar a extinção no diferido, não devendo receber novos lançamentos.

O Quadro 6 apresenta a evolução do marco regulatório sobre os intangíveis reconhecidos pela contabilidade no Brasil.

Ano	Tipo	Agente	N.	Regulamentos sobre os ativos intangíveis
1976	Lei	Brasil	6.404	No grupo permanente, registram-se os direitos que tenham por objeto bens destinados à manutenção das atividades da empresa ou gastos que contribuirão para o aumento do resultado por mais de um exercício social.
1996	Inst.	CVM	247	O ágio decorrente de aquisição de investimentos com base na expectativa de resultado futuro deverá ser amortizado no prazo e na extensão das projeções que o determinaram ou pela baixa por alienação ou perecimento do investimento.
1998	Inst.	CVM	285	O prazo máximo para amortização do ágio com base na expectativa de resultado futuro não poderá exceder a dez anos.

Continua...

1999	Inst.	CVM	319	O ágio decorrente de aquisição do controle acionário (incorporação) com base na expectativa de resultado futuro deve ser registrado no ativo diferido.
2005	NPC	IBRACON	27	Criação do subgrupo ativo intangível no balanço patrimonial, com a apresentação de exemplos de AIs adquiridos: fundo de comércio, marcas, patentes e semelhantes.
2005	Del.	CVM	488	Aprovação do Pronunciamento do IBRACON NPC n. 27 sobre as Demonstrações Contábeis – Apresentação e Divulgação.
2006	Del.	CVM	496	Prorrogação para os exercícios iniciados a partir de 1º de janeiro de 2006, a obrigatoriedade da adoção, pelas companhias abertas, do Pronunciamento NPC n. 27 anexo à Deliberação CVM n.488.
2007	Lei	Brasil	11.638	Ratificação da NPC n. 27 do IBRACON e da Del. n. 488 da CVM, no que tange à criação do subgrupo intangível. Apresentação da definição conceitual de Ativos Intangíveis, com reconhecimento contábil por meio do custo de aquisição e sujeitos a amortização. Transferência do ágio (<i>Goodwill</i>) por expectativa de rentabilidade futura para subgrupo ativo intangível.
2007	Pron. Del. Res.	CPC CVM CPC	1 527 1.110	Correlacionados com o IAS 36. Portanto, não haverá amortização do ágio por expectativa de rentabilidade futura e a obrigatoriedade de avaliação ao valor recuperável dos Ativos Intangíveis, periodicamente.
2008	Pron. Res. Del.	CPC CFC CVM	4 1.139 553	Correlacionados com o IAS 38. Apresentação da definição conceitual de Ativos Intangíveis, com reconhecimento contábil por meio do custo de aquisição e sujeitos a amortização. Transferência do ágio (<i>Goodwill</i>) por expectativa de rentabilidade futura para subgrupo ativo intangível. Obrigatoriedade da avaliação ao valor recuperável dos ativos intangíveis.
2009	Lei	Brasil	11.941	A obrigatoriedade da revisão periódica dos valores registrados no subgrupo intangível e a eliminação do subgrupo diferido, com a opção de transferência para outros subgrupos ou permanência até a sua completa amortização.

Quadro 6: Evolução regulamentária nos intangíveis reconhecidos pela contabilidade no Brasil.

Fonte: Ritta (2010, p. 46)

O Pronunciamento CPC 04 observa o seguinte tratamento contábil para reconhecimento e registro dos ativos intangíveis, conforme mostra o Quadro 7.

Tratamento Contábil de Ativos Intangíveis
a) os bens devem ser de natureza não monetária sem substância física;
b) os bens devem ser identificáveis, controlados e geradores de benefícios econômicos futuros;
c) entendem-se como benefícios econômicos: as receitas de venda de produtos e serviços, redução de custos etc;
d) os gastos com pesquisa e desenvolvimento devem ser reconhecidos como despesa quando incorridos;
e) os gastos subsequentes para a manutenção dos bens intangíveis devem ser reconhecidos como despesa quando incorridos;
f) o ágio derivado da expectativa de rentabilidade futura (<i>goodwill</i>) gerado internamente não deve ser reconhecido como ativo;
g) a diferença entre o valor de mercado e o valor contábil não representa o custo dos Ativos Intangíveis controlados pela entidade;
h) os Ativos Intangíveis devem ser avaliados periodicamente para verificação do seu valor recuperável;
i) após o seu reconhecimento inicial, o ativo intangível deve ser apresentado ao custo, menos a eventual amortização e a perda acumulada;
j) o ativo intangível com vida útil definida deve ser amortizável, enquanto o com vida útil indefinida não deve ser amortizado;
k) a vida útil de um ativo intangível resultante de direitos contratuais ou legais não deve exceder a vigência desses direitos;
l) se não for possível determinar com segurança o padrão de desgaste pelo uso do ativo intangível, deve ser utilizado o método linear para amortização;

Quadro 7: Tratamento Contábil de Ativos Intangíveis

Fonte: CPC 04 (2008).

O Pronunciamento CPC 04 estabelece esclarece que uma entidade deve reconhecer um ativo intangível apenas se o ativo atender os critérios especificados no Pronunciamento.

Como forma de evidenciação contábil dos ativos intangíveis, o Pronunciamento CPC 04 determina que a entidade deve divulgar as seguintes informações para cada classe de ativos intangíveis, conforme Quadro 8.

Normas para Evidenciação de Ativos Intangíveis
(a) com vida útil indefinida ou definida e, se definida, os prazos de vida útil ou as taxas de amortização utilizados;
(b) os métodos de amortização utilizados para ativos intangíveis com vida útil definida;
(c) o valor contábil bruto e eventual amortização acumulada (mais as perdas acumuladas no valor recuperável) no início e no final do período;
(d) a rubrica da demonstração do resultado em que qualquer amortização de ativo intangível for incluída;
(e) a conciliação do valor contábil no início e no final do período, demonstrando:(i) adições, indicando separadamente as que foram geradas por desenvolvimento interno e as adquiridas, bem como as adquiridas por meio de uma combinação de negócios;(ii) ativos classificados como mantidos para venda ou incluídos em grupo de ativos classificados como mantidos para venda, nos moldes do Pronunciamento Técnico CPC 31 – Ativo Não Circulante Mantido para Venda e Operação Descontinuada e outras baixas;(iii) aumentos ou reduções durante o período, decorrentes de reavaliações nos termos dos itens 75, 85 e 86 e perda por desvalorização de ativos reconhecida ou revertida diretamente no patrimônio líquido, de acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 01 – Redução ao Valor Recuperável de Ativos (se houver);(iv) provisões para perdas de ativos, reconhecidas no resultado do período, de acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 01 – Redução ao Valor Recuperável de Ativos (se houver);(v) reversão de perda por desvalorização de ativos, apropriada ao resultado do período, de acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 01 – Redução ao Valor Recuperável de Ativos (se houver);(vi) qualquer amortização reconhecida no período;(vii) variações cambiais líquidas geradas pela conversão das demonstrações contábeis para a moeda de apresentação e de operações no exterior para a moeda de apresentação da entidade; e(viii) outras alterações no valor contábil durante o período.

Quadro 8: Normas para Evidenciação Contábil de Ativos Intangíveis

Fonte: CPC 04 (2008).

As normas brasileiras estão adequadas às normas internacionais, resultando em informações mais claras aos usuários e passíveis de comparação entre várias empresas. O ativo intangível, devido a importância no ambiente econômico, ganhou destaque nas demonstrações contábeis e normas específicas para registro e evidenciação, a fim de garantir confiabilidade e comparabilidade de informações.

3 METODOLOGIA DA PESQUISA

Neste capítulo apresentam-se o enquadramento metodológico da pesquisa e os procedimentos metodológicos para a realização do trabalho.

3.1 ENQUADRAMENTO METODOLÓGICO

Este estudo consiste em um trabalho científico elaborado observando os enquadramentos metodológicos necessários para atingir os objetivos da pesquisa, que são: descritivo, qualitativo, quantitativo, estudo de caso comparativo e análise documental.

Quanto aos objetivos da pesquisa, o trabalho é descritivo, pois procura descrever as características da evidenciação dos intangíveis apresentados nas demonstrações contábeis das empresas investigadas. De acordo com Diehl e Tatim (2004, p. 54), este tipo de pesquisa “tem como objetivo primordial a descrição das características de determinada população ou fenômeno ou, então, o estabelecimento de relações entre variáveis”.

Em relação à abordagem do problema de pesquisa, o trabalho é qualitativo e quantitativo, uma vez que descreve e mensura as características dos intangíveis nas empresas. Para Diehl e Tatim (2004, p.51), os estudos qualitativos “podem descrever a complexidade de determinado problema e a interação de certas variáveis, compreender e classificar os processos dinâmicos vividos por grupos sociais, contribuir no processo de mudança de dado grupo e possibilitar, em maior nível de profundidade, o entendimento das particularidades do comportamento dos indivíduos. O estudo quantitativo para Oliveira (1997, p. 115) “significa quantificar opiniões, dados, nas formas de coleta de informações, assim como também com o emprego de recursos e técnicas estatísticas.”.

No que concerne à natureza da pesquisa, o trabalho configura-se como um estudo de caso comparativo em duas principais empresas do setor cerâmico do estado de Santa Catarina. Segundo Yin (2005), o estudo de caso pode compreender um ou mais casos, possibilitando assim maiores benefícios ao estudar diferentes realidades.

Cervo e Bervian (1996, p. 50) observam que o estudo de caso “é a pesquisa sobre um determinado indivíduo, família, grupo ou comunidade para examinar aspectos variados de sua vida.”

No que tange aos procedimentos de coleta dos dados, o trabalho empregou a técnica de análise documental com dados secundários dispostos nas Demonstrações Contábeis das empresas investigadas. Segundo Gil (1994, p. 73), “a pesquisa documental vale-se de materiais que não receberam ainda um tratamento analítico, ou que ainda podem ser reelaborados de acordo com os objetivos da pesquisa”.

Com a utilização de tais enquadramentos metodológicos, realiza-se uma análise das informações evidenciadas sobre os ativos intangíveis em duas principais empresas do setor cerâmico do estado de Santa Catarina.

3.2 PROCEDIMENTOS DE COLETA DE DADOS

Nesta seção mostram-se as características do setor cerâmico e das empresas investigadas.

3.2.1 Setor Cerâmico

A cerâmica é o material mais antigo produzido pelo Homem. Com o passar do tempo e o desenvolvimento industrial, as peças cerâmicas deixaram de revestir somente as igrejas e grandes palácios e ganharam cada vez mais espaço nas residências com novas peças mais resistentes e adequadas as tendências da sociedade.(ANFACER, 2012).

No Brasil, a cerâmica tem seus primórdios na ilha de Marajó proveniente da cultura indígena. Atualmente, o país é um dos principais protagonistas no mercado mundial de cerâmica, ocupando a segunda posição de produção e consumo. (ANFACER, 2012)

O Gráfico1 mostra a produção brasileira de revestimentos cerâmicos.

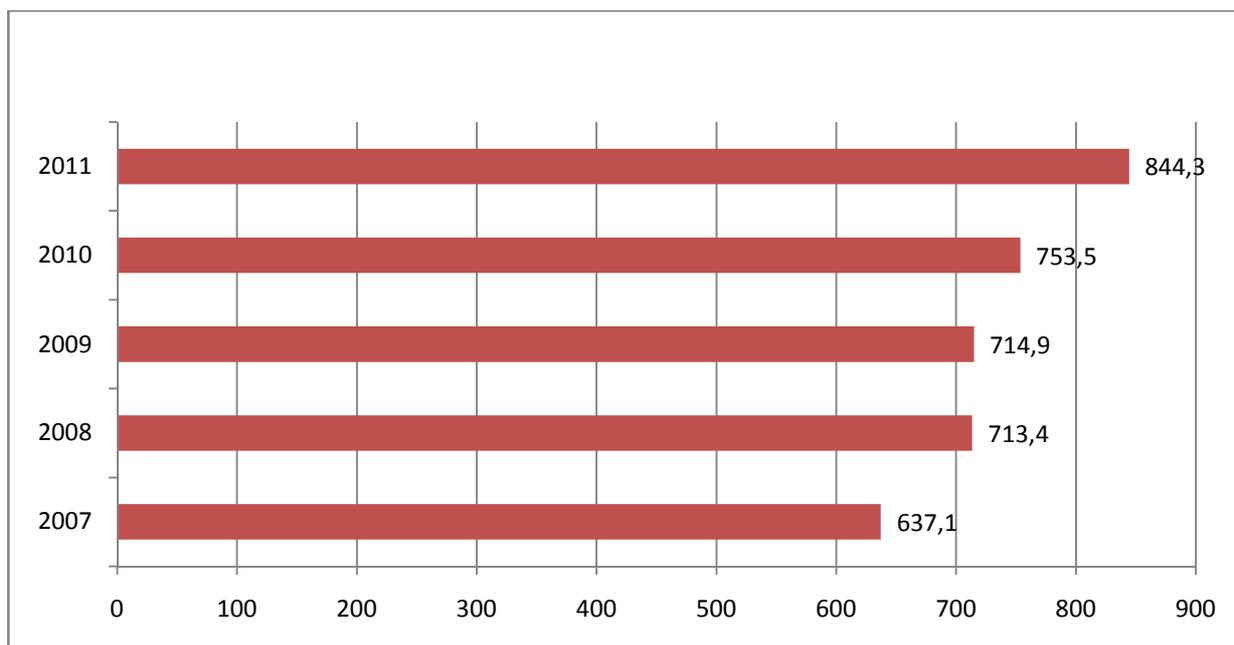


Gráfico 1: Produção brasileira de Revestimentos Cerâmicos (milhões de m²)

Fonte: ANFACER, 2012.

Segundo a ANFACER (2012), em 2011 foram produzidos 844,3 milhões de metros quadrados de revestimentos cerâmicos, para uma capacidade instalada de 986,6 milhões de metros quadrados.

O Gráfico 2 apresenta a quantidade vendida no mercado interno.

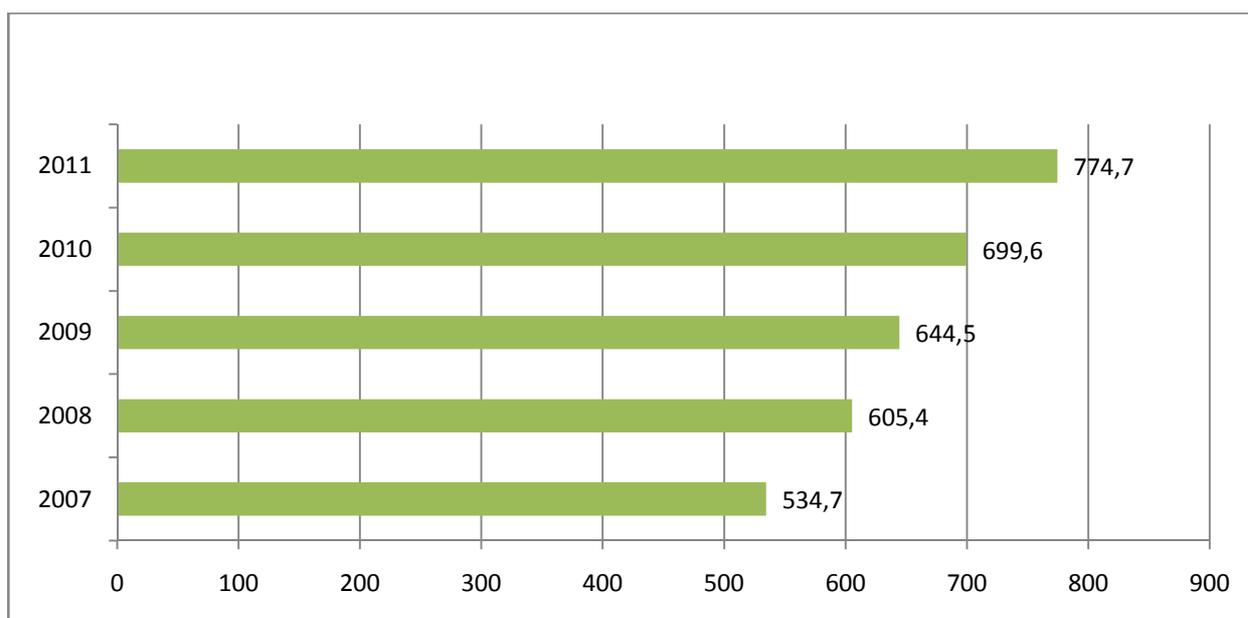


Gráfico2: Venda de Revestimentos Cerâmicos no Mercado Interno (milhões de m²)

Fonte: ANFACER, 2012.

As vendas totais atingiram 834,7 milhões de metros quadrados, sendo 774,7 milhões de metros quadrados foram vendidos no mercado interno e 60,1 milhões de metros quadrados foram exportados.

Em Santa Catarina, segundo a FIESC (2012), o estado é o segundo maior exportador do Brasil de cerâmica para revestimento. Em 2011 as exportações de produtos cerâmicos realizadas pelo estado, quando comparado com 2010, passaram de US\$ 125 milhões para US\$ 124 milhões. Participação de 33% nas exportações nacionais. O estado concentra diversas empresas do ramo e emprega centena de trabalhadores, que tem as empresas cerâmicas como única fonte de renda.

Portanto, o setor cerâmico de revestimento é um dos mais importantes para a economia brasileira e catarinense, com a presença das principais empresas brasileiras do setor no estado catarinense.

3.2.2 Características das Empresas Investigadas

O estado de Santa Catarina concentra as principais empresas do setor cerâmico de revestimentos brasileiro. O Quadro 9 apresenta a distribuição das empresas do setor por cidade.

Empresas	Cidade
Cecrisa S/A	Criciúma
Cerâmica Urussanga S/A - Ceusa	Urussanga
Eliane S/A	Cocal do Sul
Cerâmica Gabriela Ltda.	Criciúma
Moliza Revestimentos Cerâmicos Ltda.	Morro da Fumaça
Pisoforte Revestimentos Cerâmicos Ltda.	Criciúma
Cerâmica Angel Gres Ltda.	Criciúma
Itagres Revestimentos Cerâmicos S/A	Tubarão
Cerâmica Elizabeth Sul Ltda.	Criciúma
Portobello S/A	Tijucas

Quadro 9: Empresas Catarinenses do Setor Cerâmico de Revestimentos

Fonte: Sindicato da Indústria Cerâmica de Santa Catarina

Para fins desse estudo, selecionaram-se as empresas que dispunham as Demonstrações Contábeis em seu *site* institucional. Diante disso, a amostra do trabalho caracteriza-se como intencional por acessibilidade aos dados necessários para o desenvolvimento do estudo. Por fim, teve-se como resultado a seleção de duas companhias: Cecrisa Revestimentos Cerâmicos S/A e Cerâmica Portobello S/A.

A Cecrisa S/A, com sede em Criciúma, foi constituída nos anos 60 e é uma Sociedade de capital fechado. A missão da empresa consiste em: proporcionar soluções de revestimento com inovação e valor adequado, superando as expectativas de nossos clientes, profissionais, acionistas e fornecedores. A empresa tem como visão "ser a mais lucrativa empresa de revestimentos no mundo até 2017 sendo referência em inovação e formação de tendência" e defende os valores de sustentabilidade, ética, humildade, eficácia e austeridade entre outros. O faturamento foi de 609 milhões em 2010 e a empresa é classificada como a maior empresa de revestimentos cerâmicos do país. Possui 5 unidades industriais que produzem revestimento cerâmicos e porcelanatos. Exporta para mais de 50 países em 5 continentes.

A empresa Cerâmica Portobello S/A iniciou as atividades no final dos anos 70 com sede localizada no município de Tijucas. Tornou-se uma Sociedade Anônima de capital aberto em 1991 com negociação na Bolsa de Valores de São Paulo (BM&FBovespa). Em 2008, a empresa aderiu ao Novo Mercado da BM&FBovespa que engloba as empresas se comprometem a cumprir regras de governança corporativa que vão além das exigências previstas na legislação societária. A companhia tem como missão "ajudar a construir um ambiente em que se viva melhor, provendo produtos e serviços de revestimento cerâmico"; como visão deseja "ser uma empresa global, reconhecida como líder brasileira em soluções inovadoras e em excelência comercial, no segmento de revestimentos cerâmicos"; e prioriza valores como inovação, qualidade, integridade, lucratividade e internacionalidade. É considerada uma das maiores empresas de revestimentos cerâmicos e possui faturamento anual superior a R\$ 500 milhões e produção de 23,5 m² em 10 fábricas. Os produtos são comercializados em diversos países da Europa, Ásia, América do Norte, Oceania, Oriente Médio, África e América Latina.

Para fins deste estudo foram utilizadas as Demonstrações Contábeis (Balanço Patrimonial, Demonstração do Resultado do Exercício e Notas Explicativas) dos períodos de 2007 a 2011, disponíveis no site das empresas até a data 15/11/2012. Utilizou-se como marco inicial o ano de 2007 devido à publicação da Lei n. 11.638/2007 que criou o subgrupo intangível no Balanço Patrimonial.

4 APRESENTAÇÃO E ANÁLISE DOS RESULTADOS

Os resultados da pesquisa são descritos de acordo com os objetivos específicos: 1) identificar os tipos e a representatividade dos Ativos Intangíveis evidenciados; 2) identificar a participação dos Ativos Intangíveis em relação ao ativo patrimonial total; e 3) verificar as práticas contábeis referentes aos Ativos Intangíveis divulgados.

4.1 TIPOS E REPRESENTATIVIDADE DOS ATIVOS INTANGÍVEIS EVIDENCIADOS

Em 2007 entrou em vigor a Lei n. 11.638 que estabelece a evidenciação de ativos intangíveis de modo segregado no Balanço Patrimonial. O Quadro 10 mostra a apresentação do subgrupo intangível nas demonstrações das empresas investigadas.

Empresa	2007	2008	2009	2010	2011
Cecrisa	Não	Sim	Sim	Sim	Sim
Portobello	Não	Não	Sim	Sim	Sim

Quadro 10: Evidenciação do Subgrupo Intangível

Fonte: Da pesquisa

Verificou-se que as companhias não mencionaram os ativos intangíveis nas demonstrações contábeis no exercício de 2007 de modo segregado. Acredita-se que por ser uma exigência emitida em dezembro de 2007, as companhias não se adaptaram em tempo hábil para publicação. Já no ano seguinte, 2008, constatou-se que a Cecrisa já divulgou os intangíveis em separado. A Portobello apresentou os intangíveis de modo segregado a somente a partir de 2009.

Os Balanços Patrimoniais divulgados pelas companhias possuem características semelhantes quanto à forma de apresentação, pois mostraram o total do subgrupo intangível de forma sintética com explicações detalhadas por tipo de ativos intangíveis nas notas explicativas.

O Quadro 11 mostra a apresentação os tipos de ativos intangíveis que compõem o subgrupo intangível.

Tipos	2007		2008		2009		2010		2011	
	C	P	C	P	C	P	C	P	C	P
Marcas e Patentes	Não	Não	Sim	Não	Sim	Não	Sim	Sim	Sim	Sim
Direito Contratual	Não	Não	Sim	Não	Sim	Não	Sim	Sim	Sim	Sim
Pesquisa e desenvolvimento	Não	Não	Não	Não	Não	Não	Não	Não	Sim	Não
<i>Software</i>	Não	Não	Sim	Não	Sim	Não	Sim	Sim	Sim	Sim
Fundo de Comércio	Não	Não	Não	Não	Não	Não	Não	Sim	Não	Sim
<i>Goodwill</i>	Não	Não	Não	Não	Não	Não	Sim	Não	Sim	Não
Intangíveis em Andamento	Não	Não	Sim	Não	Sim	Não	Sim	Não	Sim	Não

Quadro 11: Tipos de intangíveis evidenciados no subgrupo intangível

Legenda: C – Cecrisa; P – Portobello

Os ativos intangíveis mais citados pelas organizações foram: Marcas e Patentes, Direito Contratual e *Softwares*. A Cecrisa, além desses, possui mais tipos de ativos intangíveis registrados, que são: Pesquisa e Desenvolvimento, *Goodwill* e Intangíveis em Andamento.

Em 2009, ressalta-se que a Portobello apesar de citar que houve aquisição de ativo intangível, não mencionou nos demonstrativos a qual tipos se referem.

Os investimentos em Marcas e Patentes são importantes para as cerâmicas porque garantem por meio dos registros a consolidação dos seus produtos no mercado e conseqüentemente da empresa, auxiliando, por exemplo, na relação com clientes e fornecedores, possibilitando parcerias. O Direito Contratual garante por meio de um registro o direito de explorar um bem ou um recurso para a entidade. Os softwares indispensáveis em todos os setores organizam o processo da produção, muitas vezes substituindo o Homem em algumas funções, por modernos comandos capazes de operar conforme programado, e na parte administrativa, comercial, financeira, ainda por meio de sistemas integrados que facilitam na gestão oferecendo informações úteis em tempo hábil.

A Tabela 1 exhibe a representatividade dos ativos intangíveis no subgrupo intangível na Cecrisa.

Tabela 1: Representatividade dos tipos de ativos intangíveis na Cecrisa

Tipos	2007	2008	2009	2010	2011
Marcas e Patentes	0%	14,55%	14,78%	4,40%	3,56%
Direito Contratual	0%	2,44%	2,52%	0,77%	0,63%
Pesquisa e desenvolvimento	0%	0%	0%	0%	0,41%
<i>Software</i>	0%	9,15%	20,30%	5,48%	17,67%
Fundo de Comércio	0%	0%	0%	0%	0%
<i>Goodwill</i>	0%	0%	0%	47,10%	77,73%
Intangíveis em Andamento	0%	73,86%	62,40%	42,25%	0%
Total	0%	100%	100%	100%	100%

Fonte: Da pesquisa

No período de 2008 a 2010 percebe-se uma participação significativa de Intangíveis em Andamento. No ano de 2010 e 2011 tiveram-se como principais ativos intangíveis *Goodwill* e *Software*.

A Tabela 2 mostra a representatividade dos ativos intangíveis no subgrupo intangível na Portobello.

Tabela 2: Representatividade dos ativos intangíveis na Portobello

Tipos	2007	2008	2009	2010	2011
Marcas e Patentes	0%	0%	0%	9,85%	3,20%
Direito Contratual	0%	0%	0%	55,95%	13,88%
Pesquisa e desenvolvimento	0%	0%	0%	0%	0%
<i>Software</i>	0%	0%	0%	29,02%	81,24%
Fundo de Comércio	0%	0%	0%	5,18%	1,68%
<i>Goodwill</i>	0%	0%	0%	0%	0%
Intangíveis em Andamento	0%	0%	0%	0%	0%
Total	0%	0%	0%	100%	100%

Fonte: Da pesquisa

O ano de 2009 a companhia Portobello, apesar de divulgar o valor do subgrupo intangível no Balanço Patrimonial, não apresentou a composição do intangível nas notas explicativas. Nos anos de 2010 e 2011 nota-se que os principais ativos intangíveis foram Direito Contratual e *Software*.

Estes dois tipos de intangíveis agregam vantagens competitivas às empresas, o primeiro garante o direito de explorar determinado bem enquanto o segundo detém todos os dados da empresa capaz de gerar informações de todas as áreas por meio de relatórios gerenciais e agilidade nos processos de produção e administrativos.

4.2 PARTICIPAÇÃO DOS ATIVOS INTANGÍVEIS EM RELAÇÃO AO ATIVO PATRIMONIAL TOTAL

Constatou-se que os intangíveis representaram pequenas participações do Ativo Patrimonial total das empresas investigadas. Acredita-se que tal resultado deve-se pelo fato de maior necessidade de investimentos em máquinas e equipamentos tangíveis para a execução das atividades fabris que exigem maiores desembolsos financeiros, além de gastos de manutenção para mantê-los em funcionamento.

O Gráfico 3 exibe o percentual de representatividade dos ativos em relação ao Ativo Patrimonial total da Cecrisa.

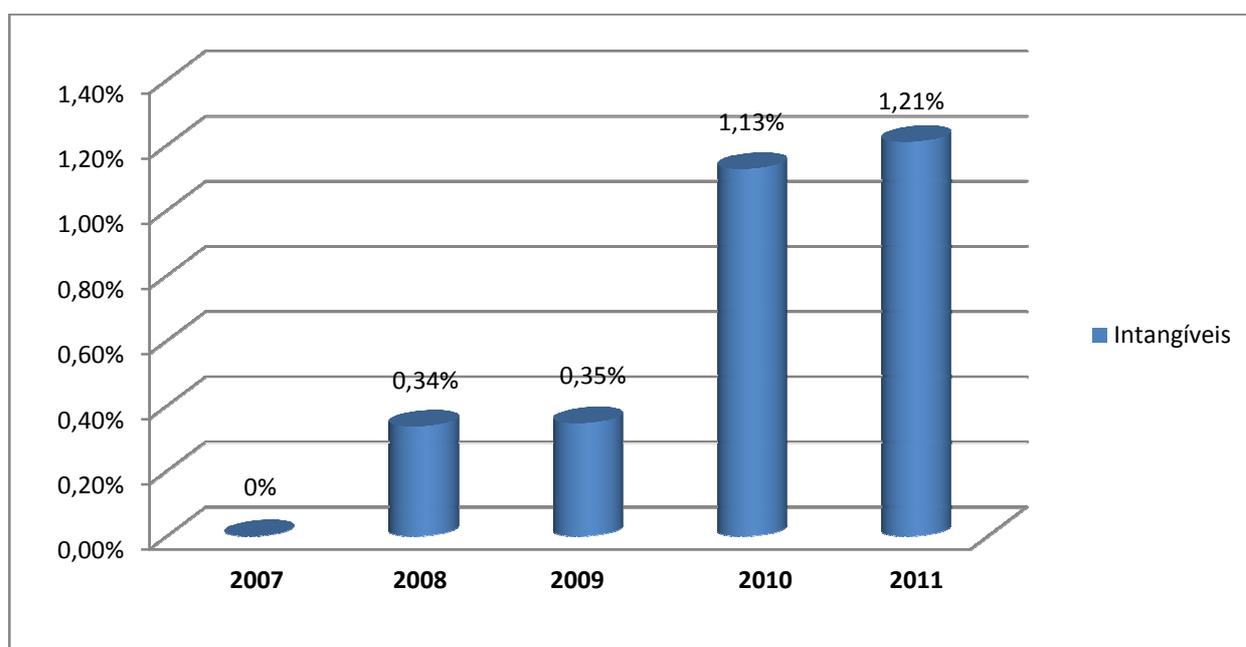


Gráfico 3: Participação do Subgrupo Intangível em Relação ao Ativo Patrimonial Total da Cecrisa

Fonte: Da pesquisa

Percebe-se que o subgrupo intangível teve um percentual médio de participação de 1,01% nos anos de 2008 a 2011.

O Gráfico 4 expõe o percentual de representatividade dos ativos em relação ao Ativo Patrimonial total da Portobello.

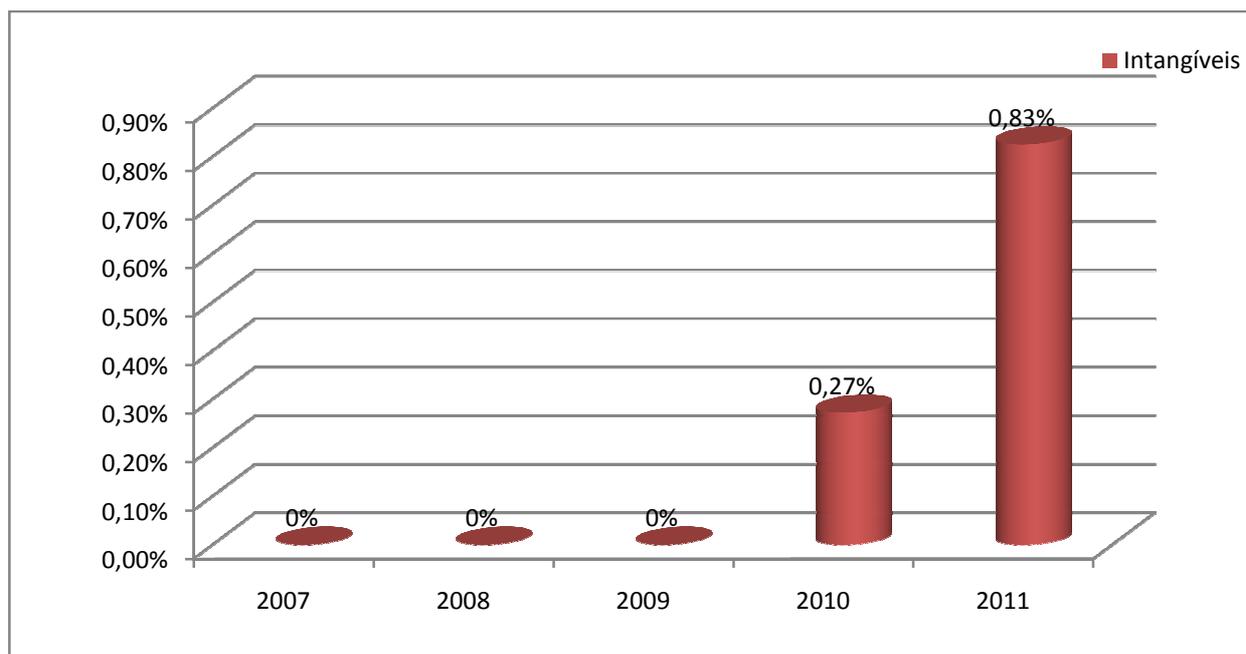


Gráfico 4: Participação dos Subgrupo Intangível em Relação ao Ativo Patrimonial Total da Portobello.

Fonte: Da pesquisa

Constata-se que o subgrupo intangível teve um percentual de participação de 0,27% em 2010 e 0,83% em 2011.

Os resultados mostram essas empresas pertencem a um ramo de atividade econômica que não exige muito investimento em recursos intangíveis nas atividades organizacionais. Entretanto, elas reconhecem que os intangíveis são recursos estratégicos para os negócios e que garantem diferenciação no mercado por meio do uso de Marcas e Patentes, Direito Contratual, *Software* e *Goodwill*.

4.3 PRÁTICAS CONTÁBEIS REFERENTES AOS ATIVOS INTANGÍVEIS DIVULGADOS

A análise das práticas contábeis referentes aos ativos intangíveis divulgados foi elaborada com base nos itens propostos para divulgação conforme o Pronunciamento CPC 04, que são: (a) vida útil, (b) método de amortização, (c) valor contábil bruto e amortização acumulada, (d) rubrica na DRE e (e) conciliação do valor contábil.

O Quadro 12 mostra os itens divulgados dos ativos intangíveis na Cecrisa e

Portobello.

Itens de Divulgação	2007		2008		2009		2010		2011	
	C	P	C	P	C	P	C	P	C	P
(a) Vida útil indefinida ou definida	Não	Não	Não	Não	Não	Não	Não	Sim	Não	Sim
(b) Método de amortização	Não	Não	Não	Não	Não	Não	Não	Sim	Não	Sim
(c) Valor contábil bruto E eventual amortização acumulada	Não	Não	Sim	Não	Sim	Não	Sim	Não	Sim	Sim
(d) Rubrica da Demonstração do Resultado	Não	Não								
(e) Conciliação do valor contábil	Não	Não	Sim	Não	Sim	Não	Sim	Não	Sim	Sim

Quadro 12: Itens de divulgação dos ativos intangíveis

Legenda: C – Cecria P – Portobello

A Cecria divulgou os itens: (c) valor contábil bruto e eventual amortização e (e) conciliação do valor contábil. A empresa mostra em uma tabela sintética toda a movimentação do subgrupo intangível que aponta os tipos de bens, o valor do custo de aquisição, adições, baixas e transferências, amortização acumulada e o valor contábil do período.

A Portobello apresentou os itens: (a) vida útil indefinida ou definida, (b) método de amortização, (c) valor contábil bruto e eventual amortização e (e) conciliação contábil. Em 2010, a empresa evidenciou um valor considerável subgrupo intangível, porém as notas explicativas não mostraram a composição dos saldos, sendo assim não houve evidência do valor contábil e amortização inviabilizando a conciliação do valor contábil divulgado. Foi divulgado que os bens intangíveis estão registrados pelo custo de aquisição deduzidos da amortização e perdas quando aplicável. Os intangíveis com vida útil definida são software e direito de uso com prazo de cinco anos. Os intangíveis marcas e patentes e fundo de comércio foram classificados como vida útil indefinida. A companhia ressaltou também que testa a recuperação de um ativo intangível comparando o valor recuperável com o valor contábil do bem e que observa os Pronunciamentos Contábeis.

Os resultados apontam que a Portobello apresenta informações mais detalhadas sobre os intangíveis, descrevendo a composição da conta contábil, as adições e amortizações e os respectivos valores líquidos de cada conta, plano de amortização até 2015 dos itens passíveis de amortização, indicação de intangíveis não

amortizáveis e utilização de testes de avaliação de valor recuperável de ativos intangíveis.

Em ambas as empresas constata-se uma crescente melhora na qualidade das informações prestadas aos usuários, principalmente no ano de 2011.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os ativos intangíveis são importantes para a economia moderna, pois consistem em ativos que com o passar do tempo agregam valor as entidades. São considerados bens capazes de gerar diferenciais no ambiente de negócios e que podem ser utilizados como elementos estratégicos para aumentar vantagens competitivas.

Sendo assim, esta pesquisa teve como objetivo analisar as evidenciações sobre os ativos intangíveis em duas principais empresas catarinenses pertencentes ao setor cerâmico de revestimentos.

Com relação ao primeiro objetivo específico, identificar os tipos e a representatividade dos Ativos Intangíveis evidenciados verificou-se que os intangíveis mais citados nos anos investigados foram: marcas e patentes, direito contratual e *softwares*. Em contrapartida o fundo de comércio foi citado somente uma vez, no exercício de 2010, pela empresa Portobello, mesmo caso do item pesquisa e desenvolvimento divulgado somente em 2011 pela Cecrisa. Os ativos intangíveis mais representativos nos últimos anos foram software, direito contratual e *goodwill*.

No que concerne o segundo objetivo específico, identificar a participação dos Ativos Intangíveis em relação ao ativo patrimonial total, constatou-se que os intangíveis representaram pequenas participações do ativo total das empresas nos períodos investigados. Este fator deve-se ao fato de estas organizações demandam por maiores investimentos em máquina e equipamentos fabris de alto valor. Além disso, verificaram-se contas do ativo circulante com participações muito significativas.

No que tange o terceiro objetivo específico, verificar as práticas contábeis referentes aos ativos intangíveis, observou-se que ocorreu um crescente melhora na divulgação dos itens do Pronunciamento CPC 04 – Ativo Intangível. Nos últimos anos as informações foram mais detalhadas e aderentes as obrigações do CPC 04.

Por fim, conclui-se que os ativos intangíveis são recursos estratégicos geram benefícios às companhias que os detém. Por isso, a evidenciação contábil dos ativos intangíveis proporciona aos usuários da informação o conhecimento necessário sobre a gestão desses recursos, permitindo assim, a análise do desempenho econômico-financeiro das entidades; além do apoio a tomada de decisão.

REFERÊNCIAS

ANTUNES, Maria Thereza Pompa. **Capital intelectual**. São Paulo: Atlas, 2000.

AAKER, D. A. **Marcas: brandequity, gerenciando o valor da marca**. São Paulo: Negócio, 1998.

AQUINO, Wagner de, SANTANA, Antonio Carlos de. Evidenciação. São Paulo, Caderno de Estudos da FIPECAFI, jun/1992.

BM&F BOVESPA. **Bolsa de Mercadorias, Valores e Futuros**. Disponível em: <<http://www.bmfbovespa.com.br>>. Acesso em: 10 Set. 2012.

BRASIL. Lei n. 6.404 de 15 de dezembro de 1976. Dispõe sobre as Sociedades por Ações. Disponível: <<http://www.planalto.gov.br>>. Acesso em: 20 out. 2012.

_____. Lei n. 11.638, de 28 de dezembro de 2007. Altera e revoga dispositivos da Lei n.6.404, de 15 de dezembro de 1976, e da Lei n. 6.385, de 7 de dezembro de 1976, e estende às sociedades de grande porte disposições relativas à elaboração e divulgação de demonstrações financeiras. Disponível: <<http://www.planalto.gov.br>>. Acesso em: 20 out. 2012.

_____. Lei n. 11.941, de 27 de maio de 2009. Altera a legislação tributária federal relativa ao parcelamento ordinário de débitos tributários; concede remissão nos casos em que especifica; institui regime tributário de transição, alterando o Decreto n. 70.235, de 6 de março de 1972, as Leis n. 8.212, de 24 de julho de 1991, n. 8.213, de 24 de julho de 1991, n. 8.218, de 29 de agosto de 1991, n. 9.249, de 26 de dezembro de 1995, n. 9.430, de 27 de dezembro de 1996, n. 9.469, de 10 de julho de 1997, n. 9.532, de 10 de dezembro de 1997, n. 10.426, de 24 de abril de 2002, n. 10.480, de 2 de julho de 2002, n. 10.522, de 19 de julho de 2002, n. 10.887, de 18 de junho de 2004, e n. 6.404, de 15 de dezembro de 1976, o Decreto-Lei n. 1.598, de 26 de dezembro de 1977, e as Leis n. 8.981, de 20 de janeiro de 1995, n. 10.925, de 23 de julho de 2004, n. 10.637, de 30 de dezembro de 2002, n. 10.833, de 29 de dezembro de 2003, n. 11.116, de 18 de maio de 2005, n. 11.732, de 30 de junho de 2008, n. 10.260, de 12 de julho de 2001, n. 9.873, de 23 de novembro de 1999, n. 11.171, de 2 de setembro de 2005, n. 11.345, de 14 de setembro de 2006; prorroga a vigência da Lei n. 8.989, de 24 de fevereiro de 1995; revoga dispositivos das Leis n. 8.383, de 30 de dezembro de 1991, e n. 8.620, de 5 de janeiro de 1993, do Decreto-Lei n. 73, de 21 de novembro de 1966, das Leis n. 10.190, de 14 de fevereiro de 2001, n. 9.718, de 27 de novembro de 1998, e n. 6.938, de 31 de agosto de 1981, n. 9.964, de 10 de abril de 2000, e, a partir da instalação do Conselho Administrativo de Recursos Fiscais, os Decretos n. 83.304, de 28 de março de 1979, e n. 89.892, de 2 de julho de 1984, e o art. 112 da Lei n. 11.196, de 21 de novembro de 2005; e dá outras providências. Disponível: <<http://www.planalto.gov.br>>. Acesso em: 20 out. 2012.

CRAWFORD, Richard. **Na era do capital humano: o talento, a inteligência e o conhecimento como forças econômicas**. Seu impacto nas empresas e nas decisões de investimento. São Paulo: Atlas, 1994.

CERVO, Amado L. BERVIAN, Pedro A. **Metodologia científica**. 4. ed. São Paulo:

MAKRON Books, 1996.

COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS (CVM). **Deliberação n. 488**, de 3 de outubro de 2005. Disponível em: <<http://www.cvm.gov.br>>. Acesso em: 20 out. 2012.

_____. **Deliberação n. 496**, de 3 de janeiro de 2006. Disponível em: <<http://www.cvm.gov.br>>. Acesso em: 20 out. 2012.

_____. **Deliberação n. 527**, de 1º de novembro de 2007. Disponível em: <<http://www.cvm.gov.br>>. Acesso em: 20 out. 2012.

_____. **Deliberação n. 553**, de 12 de novembro 2009. Disponível em: <<http://www.cvm.gov.br>>. Acesso em: 20 out. 2012.

_____. **Instrução n. 247**, de 27 de março de 1996. Disponível em: <<http://www.cvm.gov.br>>. Acesso em: 20 out. 2012.

_____. **Instrução n. 285**, de 31 de julho de 1998. Disponível em: <<http://www.cvm.gov.br>>. Acesso em: 20 out. 2012.

_____. **Instrução n. 319**, de 3 de dezembro de 1999. Disponível em: <<http://www.cvm.gov.br>>. Acesso em: 20 out. 2012.

COMITÊ DE PROCEDIMENTOS CONTÁBEIS (CPC). **CPC 01 – Redução ao valor recuperável de ativos**. Disponível em:<<http://www.cpc.org.br>>. Acesso em: 20 out. 2012.

_____. **CPC 04 – Ativos Intangíveis**. Disponível em: <<http://www.cpc.org.br>> Acesso em: 20 out. 2012.

CONSELHO FEDERAL DE CONTABILIDADE (CFC). **Resolução n. 1.110**, de 29 de novembro de 2007. Disponível em:<<http://www.cfc.org.br>>. Acesso em: 20 out. 2012.

_____. **Resolução n. 1.055** de 07 de outubro de 2005. Disponível em: <<http://www.cfc.org.br>>. Acesso em: 20 out. 2012.

_____. **Resolução n. 1.139**, de 21 de novembro de 2008. Disponível em: <<http://www.cfc.org.br>>. Acesso em: 20 out. 2012.

DIEHL, Astor Antônio; TATIM, Denise Carvalho. **Pesquisa em ciências sociais aplicadas: métodos e técnicas**. São Paulo: Pearson Prentice Hall, 2004.

DINIZ, Maria Helena. **Curso de direito civil brasileiro**. Teria das Obrigações Contratuais e Extracontratuais. 24º ed. São Paulo: Saraiva, 2008. v.3.

KAYO, E. K.; TEH, C. C.; BASSO, L. F. C. Ativos Intangíveis e estrutura de capital: a influência das marcas e patentes sobre o endividamento. **Revista de Administração da Universidade de São Paulo (RAUSP)**, São Paulo, v. 41, n.2, p.158-168, abr./maio/jun. 2006.

GIL, Antonio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 1994.

HENDRIKSEN, E. S.; VAN BRED, M. F. *Accounting theory*. 5. ed., New York: Irwin, 1992

HENDRIKSEN, E. S.; VAN BRED, M. F. **Teoria da Contabilidade**. São Paulo: Atlas, 1999.

História da Cerâmica. Disponível em: <<http://www.anfacer.org.br/site>>. Acesso em: out.2012.

IUDÍCIBUS, Sérgio de. **Teoria da Contabilidade**. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2000.

_____, Sérgio de. **Teoria da contabilidade**. 8. ed. São Paulo: Atlas, 2006.

IUDÍCIBUS, S.; MARTINS, E.; GELBCKE, E. R. **Manual de Contabilidade das sociedades por ações: aplicável às demais sociedades**. 7. ed. rev. e atual. São Paulo: Atlas, 2007.

IUDÍCIBUS, S.; MARTINS, E.; GELBCKE, E. R. ; SANTOS, A. **Manual de Contabilidade das sociedades por ações: aplicável às demais sociedades**. São Paulo: Atlas, 2010.

INTERNATIONAL ACCOUNTING STANDARDS BOARDS (IASB). **IAS 22 – Business combination**. Emitido em 1983 e revisado em julho de 1998. Disponível em: <<http://www.iasb.org>>. Acesso em: 20 out. 2012.

_____. **IAS 36 – Impairment of asset**. IASB, 1998. Disponível em: <<http://www.iasb.org>>. Acesso em: 20 out. 2012.

_____. **IAS 38 – Intangible of assets**. IASB, 1998. Disponível em: <<http://www.iasb.org>>. Acesso em: 20 out. 2012.

INSTITUTO DOS AUDITORES INDEPENDENTES DO BRASIL (IBRACON). **NPC n. 27 - Demonstrações Contábeis: apresentação e divulgações**, de 29 de dezembro de 2005. Disponível em: <<http://www.ibracon.com.br>>. Acesso em: 20 out. 2012.

LAUDON, K. C.; LAUDON, J. P. **Sistemas de informação: com internet**. 4. ed. Rio de Janeiro: LTC – Livros Técnicos e Científicos Editora S.A., 1999.

LASTRES, Helena Maria Martins; ALBAGLI, Sarita. **Informação e globalização na era do conhecimento**. Rio de Janeiro: Campus, 1999.

LAUDON, K. C.; LAUDON, J. P. **Sistemas de Informação: com internet**. 4. Ed. Rio de Janeiro: LTC – Livros Técnicos e Científicos Editora S.A., 1999.

Minerais não metálicos. Disponível em: <<http://www2.fiescnet.com.br/web/pt/site>> Acesso em: 25 out.2012.

OLIVEIRA, Elizabeth Castro Maurenza de et al. **Capital intelectual: reconhecimento e**

mensuração. Curitiba: Juruá, 2008.

OLIVEIRA, Silvio Luiz de .**Tratado de metodologia científica**: projetos de pesquisas, TGI, TCC, monografias, dissertações e teses . São Paulo: Pioneira, 1997.

PEREZ, M. M.; FAMÁ, R. Características estratégicas dos Ativos Intangíveis e o desempenho econômico da empresa. **Revista Eletrônica de Gestão de Negócios - e Gesta**, v. 2, n. 2, p. 69-96, abr./jun. 2006b.

Pronunciamento Técnico CPC 04 - **Ativo Intangível**, 2008. Disponível em: <<http://www.cpc.org.br/pronunciamentosIndex.php>>. Acesso em: 03 outubro 2009.
RICHARDSON, Roberto Jarry. **Pesquisa social**: métodos e técnicas. São Paulo: Atlas, 1999.

RITTA, Cleyton de Oliveira. **Evidenciação Contábil dos Ativos Intangíveis**: um estudo nas empresas brasileiras pertencentes ao Índice Bovespa nos anos de 2006, 2007, 2008. Florianópolis, 2010.

SCHMIDT, P.; SANTOS, J. L.; FERNANDES, L. A.; PINHEIRO, P.R.; GOMES, J. M. M.; MACHADO, N. P. Evidenciação de Ativos Intangíveis: uma forma de minimizar os problemas causados pela seleção adversa. In: ENCONTRO DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA EM ADMINISTRAÇÃO – ENANPAD, 29., 2005, Brasília. **Anais...** Rio de Janeiro: ANPAD, 2005. CD-ROM.

SCHNORRENBERGER, D. Considerações gerais sobre Ativos Intangíveis. **Revista Contemporânea de Contabilidade**, v. 1, n. 2, p.11 - 40, jul./dez. 2004.

STEWART, T.A. **Capital Intelectual**. Rio de Janeiro: Elsevier, 1998.

YIN, Robert K. **Estudo de caso**: planejamento e métodos. Porto Alegre: Bookman, 2005.